

A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS NO BRASIL

Professional training in Economic Sciences in Brazil

por Dimas de Oliveira Estevam

Dimas de Oliveira Estevam: UNESC –
doe@unesc.net

RESUMO

O presente artigo tem por base a exposição do autor na II Jornada Internacional de Práticas Profissionais em Ciências Econômicas (JIPPCE), organizada pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Nacional de Entre Ríos (UNER), Paraná. A conferência foi referente à formação do profissional em economia no Brasil, cuja profissão foi regulamentada pela lei no 1.411/1951, a qual designa o exercício profissional de economista a bacharéis em Ciências Econômicas. Objetivamente, o artigo analisa aspectos gerais da trajetória da formação profissional do economista no Brasil. O procedimento metodológico na pesquisa se baseou em fontes bibliográficas e documentais, com a descrição das informações coletadas. O resultado apresenta mudanças na formação profissional do economista, em sua trajetória, com queda contínua da demanda e de cursos de Ciências Econômicas no País.

Palavras-chave: Economista; Ciências Econômicas; Formação Profissional; Cursos.

SUMMARY

This article is based on the author's presentation at the II International Conference on Professional Practices in Economic Sciences (JIPPCE), organized by the Faculty of Economic Sciences of the National University of Entre Ríos (UNER), Paraná. The conference was related to the formation of the professional in Economics in Brazil, whose profession was regulated by law no. 1,411/1951, which designates the professional practice of economist to bachelors in Economic Sciences. Objectively, the article analyzes general aspects of the

trajectory of the economist's professional training in Brazil. The methodological procedure, in the research, was based on bibliographic and documentary sources, with the description of the information collected. The result presents changes in the professional training of the economist, in his trajectory, with continuous fall of the demand and of courses of Economic Sciences in the Country.

Key words: Economist; Economic Sciences; Vocational Training; Courses.

Recibido: 10 de abril de 2019
Aceptado: 10 de mayo de 2019

NOTAS PRELIMINARES

O ensino de economia, no Brasil, não seguiu um caminho próprio. Sua trajetória está relacionada a outros cursos. Sinteticamente, pode-se dividir essa etapa inicial em três fases: a primeira vinculada às técnicas comerciais, seguida dos cursos de direito e, depois, de engenharia. Desde o início, cada segmento de ensino era dirigido a um público distinto: advogados e engenheiros seguiam as carreiras de nível superior, mais valorizadas, cuja demanda provinha das classes mais abastadas; já os vinculados às técnicas comerciais, esses ocupavam funções intermediárias e menos valorizadas (Sanson e Nicolau, 2007).

O primeiro curso de técnicas comerciais foi criado com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, denominado "Aula de Economia Política". Era para ser um curso em um nível um pouco acima do que se denomina atualmente Ensino Fundamental, com o objetivo de preparar guarda-livros (contadores), comerciários e funcionários públicos ligados ao comércio exterior. O ensino de técnicas comerciais era feito em tempo parcial, geralmente à noite.

Segundo Sanson e Nicolau (2007), a partir de 1827, com a criação de faculdades em Olinda (Pernambuco) e na cidade de São Paulo, a disciplina de economia política passou a fazer parte do currículo de direito, e alguns egressos dessas escolas passaram a ser denominados "Advogados-Economistas", dominando, por um longo período, o pensamento econômico brasileiro. Em 1863, o ensino de economia começou a fazer parte dos currículos dos cursos de engenharia, e os "Engenheiros-Economistas" também passaram a ter influência no pensamento econômico do País, especialmente no fim do século XIX e no início do século XX. Ainda é comum os engenheiros atuarem nas áreas da

economia, principalmente em nível de pós-graduação.

Grosso modo, essas foram as origens do ensino de economia no Brasil até a sua formalização, que ocorreu somente com a criação do primeiro curso superior em economia na década de 1930. Embora 1909 seja considerado o ano de criação da primeira faculdade de economia, com a instalação da "Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas" do Rio de Janeiro, apesar disso, o reconhecimento oficial só ocorreu anos mais tarde, por meio do decreto no 17.329/1926 (Brasil, 1926), que homologou o ensino de Ciências Econômicas e Comerciais no País. O decreto foi importante por contribuir para o avanço do processo de credenciamento da profissão do economista no Brasil.

Todavia, o primeiro curso de Ciências Econômicas integrado a uma estrutura universitária surgiu em 1946, com a criação do curso de economia na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil, posteriormente denominada Faculdade de Economia e Administração, atual Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Na altura de sua criação, o currículo adotado passou a ser padrão em todo o País.

A profissão de Economista foi regulamentada pela lei no 1.411, de 13 de agosto de 1951 (Brasil, 1951), a qual designa o exercício profissional aos bacharéis em Ciências Econômicas diplomados no País. A partir da promulgação dessa lei, o dia 13 de agosto passou a ser reconhecido, nacionalmente, como o "Dia do Economista". Objetivamente, o artigo analisa aspectos gerais da trajetória de formação profissional do economista no Brasil.

Com relação aos procedimentos metodológicos, a pesquisa se baseia em fontes secundárias (bibliográficas

e documentais) obtidas por meio de materiais já elaborados, tais como livros, artigos científicos, revistas, documentos eletrônicos, sites oficiais, leis, decretos e resoluções, com descrição das informações coletadas.

O artigo encontra-se dividido em três seções. Além desta parte introdutória, a seção dois aborda sobre os aspectos gerais da formação do economista no Brasil, apresenta as origens formais da formação e as Novas Diretrizes Curriculares em vigor, como também os aspectos gerais sobre a queda na demanda nos Cursos de Economia. Encerra a seção abordando sobre as transformações no mundo do trabalho e as novas perspectivas para os economistas na atualidade. A seção três apresenta aspectos gerais do Curso de Ciências Econômicas da Unesc. Por fim, as considerações finais e as referências.

ASPECTOS GERAIS DA FORMAÇÃO DO ECONOMISTA

A origem do ensino de economia, no Brasil, percorreu longa trajetória iniciada em 1808 até chegar ao modelo institucionalizado em curso atual. Os cursos de ciências econômicas tiveram em suas origens bases distintas, principalmente vinculadas aos cursos de direito e engenharia. Isso aparentemente parece representar um caso peculiar na formação do economista em comparação a outros países. Contudo, tal distinção é bem mais profunda e complexa, está na própria origem da teoria econômica enquanto ciência.

Adam Smith é considerado o formulador da teoria econômica moderna. Sen (1999) tem recorrido às ideias de Smith para compreender as causas do empobrecimento do ensino de ciências econômicas na atualidade em nível mundial. Para o autor, em Adam Smith, a economia teve duas origens, ambas

relacionadas com a política, embora diferentes – por um lado, a “ética” e, por outro, a “engenharia”. Na abordagem da “engenharia”, foi caracterizada pelo fato de focar em questões logísticas, de números e cálculos e não nos fins fundamentais de promover “o bem-estar”. Na questão ética, para Sen (1999), a economia afastou-se de seu compromisso com o ético (político).

A primeira origem (ética) remonta a Aristóteles, conforme Sen (1999), tendo como expoentes modernos Adam Smith, John Stuart Mill e Karl Marx. A outra centra-se na descrição mecânica das relações sociais, fundadas nos aspectos logísticos. Essa linha tem como principais representantes William Petty, François Quesnay, David Ricardo e Léon Walras. Nessa perspectiva, o comportamento humano é baseado em motivos simples e facilmente caracterizáveis. Essa abordagem tornou-se dominante na economia do século XX, conseqüentemente, as análises econômicas da ética foram enfraquecidas.

As questões econômicas não são apenas de praticidade e eficiência, mas também de justiça e moralidade. Os preceitos éticos não são só de valor e intenções generosas, mas também de lógica e praticabilidade. O surpreendente não é que a teoria econômica e a reflexão ética voltem a caminhar juntas, mas como permaneceram separadas por tanto tempo. Se a economia desligada da ética é cega, a ética desligada da economia é vazia (Sen, 1999).

Portanto, a economia se dedica a questões coletivas, por isso é um ramo da política (ética). Para o autor (1999), esses temas têm importância fundamental no estudo da economia; por um lado, tem-se as questões da motivação humana, isto é, a questão ética: “Como devemos viver?”. Por outro, a realização social, avaliação extremamente ética. A abordagem da “engenharia” (por exemplo, a teoria neoclássica) é

caracterizada por preocupar-se com as questões logísticas, focadas em encontrar meios para atingir determinados fins. Para Sen (1999), o distanciamento das duas origens empobreceu a economia moderna e contribuiu para um "caráter não ético", mesmo a economia devendo grande parte de sua trajetória à filosofia moral.

Pode-se afirmar que dimensão ética, na economia moderna, foi sendo reduzida em sua trajetória, não só perdendo espaço e relevância, mas também causando problemas práticos no estudo econômico, como no caso das metodologias: a metodologia denominada "economia positiva" não apenas se esquivou da análise econômica normativa como também teve o efeito de deixar de lado uma variedade de considerações éticas complexas que afetam o comportamento humano real e que, do ponto de vista dos economistas que estudam esse comportamento, são primordialmente fatos e não juízos normativos (Sen, 1999).

Assim, a "economia positiva", corrente dominante no pensamento econômico, preconiza que a economia é uma ciência positiva. Segundo Robinson (1979), apesar desses economistas reconhecerem a existência de uma economia normativa, eles consideram que ela ainda não atingiu a maturidade do pensamento positivo devido ao seu apego às considerações morais (éticas). Por isso a dificuldade de diálogo entre essas metodologias (correntes) e o distanciamento entre ética e logística.

Contudo, o retorno às concepções de Smith sobre as duas origens da economia tem muito a contribuir para a compreensão do ensino da economia na atualidade. Embora Sen reconheça o empobrecimento e o distanciamento crescente entre economia e ética, todavia, reconhece a contribuição da abordagem da engenharia (logística) nas pesquisas econômicas ao

realizar soluções de inúmeros problemas técnicos e teóricos. O autor não descarta a importância da engenharia, o que ele busca é demonstrar como a economia "nasceu" por meio de suas duas origens, as quais, juntas, poderiam tornar-se mais produtivas. Para Sen (1999), a relação entre ética e economia é indissociável, mas reconhece a perda do lado ético e suaviza suas críticas ao sugerir os benefícios para a ética dos métodos da "engenharia" econômica para avançar em suas pesquisas. A ética poderia ganhar com raciocínios do tipo comumente usado em economia (Sen, 1999).

Sintetizando a perspectiva de Sen, a economia moderna teve essas origens (ética e engenharia), e o distanciamento entre as duas produziu um caráter não ético na economia. Essa constatação de que as pesquisas na abordagem da "engenharia" não apenas ganharam maior relevância como, em certo sentido, excluíram o caráter ético das questões do comportamento humano real mostra, com isso, que a subjetividade humana ficou reduzida a números e fórmulas matemáticas. Isso porque, segundo Assis e Doria (2011), a matemática tornou-se um meio de estabelecer a autoridade e dá a seus formuladores uma superioridade política. Espantoso é o silêncio por parte da grande parte da comunidade acadêmica sobre a questão. Contudo, o maior perigo das ciências econômicas não está na resistência à utilização de cálculos, mas no seu abuso do que se pode fazer com os números.

A FORMAÇÃO DO ECONOMISTA NO BRASIL

Antes de Sen lançar sua obra "Sobre ética e economia", Celso Furtado (1961), no Brasil, já tinha percebido que o estudante de economia enfrentava graves dificuldades

em seu aprendizado. Isso, segundo Furtado (1961), era devido às teorias ensinadas nas universidades estarem distantes da realidade brasileira. O ensino estava sendo feito com simplificações muitas vezes ditadas pela conveniência do uso de certas técnicas de análises. Para o autor (1961), não se deve esquecer de que quando se analisa a realidade, adota-se uma técnica de análise preexistente à escolha do objeto analisado. Com isso, afasta-se da realidade, como se pudéssemos avançar apenas pelos caminhos abertos pela análise do cálculo diferencial, da estatística e da econometria.

Com a formação muito abstrata, segundo Furtado (1961), o economista, ao se confrontar com o mundo real, sente-se frustrado ao perceber que é mais importante compreender as limitações de natureza administrativa e fiscal em uma empresa do que conhecer os sutis caprichos da posição de equilíbrio de uma firma teórica. Para fazer um bom estudo de mercado, é necessário saber trabalhar com a imaginação, base de dados e informações indiretas, do que com as refinadas técnicas de análise. Caso o economista opte por trabalhar no setor público, a desorientação poderá ser ainda maior; nesse caso, descobrirá que quase tudo o que aprendeu é quase totalmente inútil e o que é útil deixou de aprender. Para o autor (1961), essa seria a chave para entender o problema da formação no País.

Contudo, Furtado admite que não é tarefa fácil dar esse passo decisivo do campo das doutrinas (terreno da lógica) para o campo das teorias científicas (eficácia explicativa) em um país em desenvolvimento como o Brasil. Segundo o autor (1961), ao falar de doutrina, está se referindo a um protótipo ideal, ao passo que a teoria científica diz respeito a uma determinada realidade. O que tem ocorrido no ensino de economia é que uma teoria formulada para explicar

uma dada realidade, com limites no tempo e no espaço, é transformada em doutrina com caráter universal. Por exemplo, uma teoria desenvolvida para explicar a balança de pagamentos de um país, quando universalizada, transforma-se em mera doutrina, que pode servir para justificar determinadas políticas, mas não para explicar indiscriminadamente a realidade de qualquer país.

Nesse sentido, para o autor (1961), as teorias econômicas sofrem de dupla debilidade: a primeira diz respeito às hipóteses explicativas formuladas a partir de modelos simplificados da aplicação de técnicas de análise. Contudo, essa primeira dificuldade vem sendo superada por meio do maior acesso a informações, no desenvolvimento de novas técnicas de análise. A segunda é específica de como a economia é ensinada no Brasil. As teorias econômicas de maior aceitação têm sua raiz formulada para explicar o comportamento de estruturas econômicas desenvolvidas, por isso não têm eficácia explicativa substancial para nossa realidade. Ainda não existe um corpo de teorias elaboradas para explicar diretamente o comportamento de uma economia em desenvolvimento, por isso não é de se admirar que o estudante de economia saia da universidade com dúvidas e perplexidades ao enfrentar o mundo real.

Outro economista brasileiro, Simonsen (1966), de corrente distinta da de Furtado, também descreveu as dificuldades na formação do economista no Brasil. Para o autor (1966), os economistas saem das faculdades com certas deficiências na formação, assim, de modo geral, o autor pontua as mais frequentes: falta de conhecimento básico em matemática e estatística; dificuldade de raciocínio lógico e incompreensão do método científico; conhecimento desintegrado de análise

econômica (muitas faculdades ensinam ideias vagas sobre economia, como consequência, os economistas ficam com dificuldades para utilizar conceitos em problemas práticos); falta de informação institucional (boa parte dos egressos em economia saem das escolas sem conhecer o funcionamento dos instrumentos de política econômica adotados no País).

Como se percebe, foram apresentados acima alguns dos principais problemas na formação do economista no Brasil. A seguir, apresentam-se as origens formais do ensino de economia no Brasil.

AS ORIGENS FORMAIS DO ENSINO DE ECONOMIA NO BRASIL

A trajetória da formação de economistas e do ensino de economia no Brasil, segundo Castro (1991), embora remonte ao início do século XIX, oficialmente, a sua origem ocorreu com a criação do primeiro curso superior em economia na década de 1930. No entanto, o embrião dos cursos de economia no Brasil está vinculado às disciplinas de economia criadas nos cursos de direito e engenharia e, em especial, no ensino técnico comercial. Os cursos técnicos não formavam bacharéis, eram essencialmente práticos, com conhecimentos em contabilidade, direito mercantil e noções de economia política aplicada ao comércio e à indústria. Os primeiros cursos superiores em economia foram gestados nas disciplinas dos cursos criados no século XIX.

É atribuída ao Visconde de Cairú (José da Silva Lisboa) o título de "primeiro economista" brasileiro, por ser o introdutor da economia política e do liberalismo econômico no País. Os estudos do comércio tiveram seus passos iniciais em seu livro, "Princípios de direito mercantil", publicado no ano de 1801 em Lisboa. Esse livro foi a primeira obra publicada em português

sobre economia política. Em 1804, segundo Castro (1991), Cairú publicou "Princípios de economia política" e também é atribuída a ele a autoria da abertura dos portos brasileiros em 1808.

Antes da criação oficial dos cursos de graduação em economia, no Brasil, deve-se frisar a criação do ensino comercial e de economia, lançado em 1808 com a chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil. O marco inicial da evolução do ensino de economia foi a instituição formal das "aulas de comércio", cujo ensino de economia passou a ser mais valorizado depois da chegada do Visconde de Cairú. Essas formas de ensino foram usadas durante o Império e atendiam aos negócios públicos e privados. Refletiam à preocupação da Coroa Portuguesa em modernizar esse setor econômico (Castro, 1991).

A criação da referida disciplina foi a primeira manifestação do ensino de economia no Brasil. Em 1809, essas tais aulas de comércio foram denominadas "aulas práticas", dando início oficialmente ao ensino comercial no Brasil. Em Portugal, elas foram criadas pelo Marquês de Pombal, com o objetivo de formar jovens em temas mercantis com conhecimento comercial, econômico e financeiro (Castro, 1991).

A partir da década de 1830, segundo o autor (1991), o governo imperial, por meio de decretos, aprovou e modificou as condições de oferta dessas aulas. Em 1846, ocorreu a inclusão de uma disciplina de economia política nas aulas de comércio. A reforma do ensino comercial de 1856 incluiu na estrutura curricular as disciplinas de direito mercantil, economia política com aplicação ao comércio e indústria e estatística comercial. O Decreto

1 Embora Cairú não tenha lecionado, teve sua promoção ao cargo de deputado do Superior Tribunal da Junta do Comércio (Castro, 1991).

de 1856 instituiu o Instituto Comercial do Rio de Janeiro precursor da academia de comércio. Para Castro (2001), esse decreto deve ser considerado o da criação do ensino superior de Comércio, culminando, mais tarde, com os primeiros diplomados em Ciências Econômicas.

Em 1861, foi realizada a terceira reforma no ensino comercial, ampliando-se no curso profissional o leque de disciplinas relacionadas com a Economia (matemática; escrituração mercantil e legislação de fazenda; geografia e estatística comercial; direito comercial e economia política). Em 1880, o Decreto 7.679 estabeleceu que o ensino comercial deveria conter 25% das disciplinas totais em cada uma das áreas de Contabilidade, Economia Política, Geografia Econômica e Ciências Jurídicas (ênfase em Direito Comercial) (Castro, 1991).

Ainda se referindo ao século XIX, o autor destaca as disciplinas de economia ministradas nos cursos de direito e engenharia. Segundo Castro (1991), o Decreto de 09/01/1825 tornou a disciplina de economia política obrigatória nos cursos de direito de São Paulo e Olinda nos primeiros anos após a independência do Brasil. A ementa continha obras de Smith, Malthus, Ricardo, Sismondi, entre outros. Nos cursos de engenharia, constituídos em 1873, as disciplinas estavam voltadas a aspectos instrumentais, no campo das finanças e da organização industrial. Esses dois cursos formaram os primeiros economistas brasileiros (Castro, 1991).

Em 1919, entretanto, é que foi criada definitivamente a primeira faculdade de economia do Brasil: a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro. Todavia, sem o reconhecimento oficial do Estado, somente em 1926 é que o curso finalmente foi reconhecido e os egressos passaram a receber o título de "graduado em Ciências Econômicas e

Comerciais". Ressalta-se que o formado não recebia o título de bacharel, o qual era concedido somente a concluintes dos cursos de medicina, engenharia e direito (Castro, 1991).

Em 1931, foi criado o Conselho Nacional de Educação (CNE). Consequentemente, foi instituído o Estatuto das Universidades Brasileiras. Com as mudanças, foi criada a Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil no ano de 1945. Em relação ao currículo de economia, a primeira normativa foi publicada por meio do Decreto no 20.158, de 30/06/1931. Essa determinação legal modificou profundamente o currículo de economia, criado em 1931, e integrou definitivamente o curso de Ciências Econômicas ao sistema universitário brasileiro (Sanson; Nicolau, 2007).

O primeiro currículo mínimo de economia era composto, em grande parte, por disciplinas voltadas às áreas jurídica, financeira, contábil e administrativa, integradas por matérias de economia política, geografia econômica, história econômica e fontes da riqueza nacional, num total de dezessete. Embora o currículo tivesse um peso elevado de disciplinas das áreas jurídicas, administração e contabilidade, no entanto, havia grande número de disciplinas de economia, que são obrigatórias na atualidade (Castro, 1991).

Nesse período, o ensino de ciências econômicas não se desvinculou totalmente de suas origens e das profissões afins (contador e administrador). Era comum a predominância de técnicos comerciais nas primeiras turmas devido à origem de parte dos professores ser de bacharéis em direito e engenharia. A partir de 1962, concretizou-se a separação entre economia, contabilidade e atuária, mediante pareceres e resoluções específicos do Conselho Federal de Educação (CFE), já na

vigência da Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Entre as características relevantes do currículo mínimo de 1962 está a separação do ciclo básico e do ciclo de formação profissional e a divisão entre as matérias caracteristicamente econômicas e as acessórias (Castro, 1991). A duração do curso foi fixada em quatro anos e a carga horária mínima foi regulamentada, em 1965, pelo Ministério da Educação (Sansón; Nicolau, 2007).

Esse currículo esteve em vigência até o ano de 1984, quando o Conselho Federal de Educação (CFE) publicou a Resolução no 11/84, aprovando o novo currículo de economia (Ange, 2010). As mudanças contemplaram os debates sobre as características que deveriam ter o curso de economia no Brasil. As Novas Diretrizes Curriculares de Economia foram aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) por meio da Resolução no 4/2007, que manteve a estrutura básica de 1984. A estrutura atual dos cursos de economia foi instituída pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, em nível de bacharelado, a ser observada pelas Instituições de Educação Superior (IES) em sua estrutura curricular. A Resolução no 2/2007 do CNE definiu a carga horária mínima dos cursos em 3.000 horas-aula e a duração mínima de quatro anos para integralização do currículo.

A FORMAÇÃO DO ECONOMISTA E AS NOVAS DIRETRIZES CURRICULARES

Com a aprovação das Novas Diretrizes Curriculares, em 2007, chegou-se ao fim de um período de dez anos de disputa entre o CNE e as entidades representativas dos cursos de economia e dos economistas. Nessa queda de braço entre os membros do CNE e as entidades, estas defendiam a proposta de Diretrizes Curriculares

sistematizadas pela Comissão de Especialistas em Economia, enquanto que o CNE propunha alterações na proposta da Comissão, como, por exemplo, a eliminação da monografia como componente curricular obrigatório e a redução da duração do curso para menos de quatro anos. Contudo, prevaleceu a proposta da Comissão, que manteve os princípios e diretrizes que orientaram o currículo desde 1984, com os ajustes acordados nos eventos das entidades, no sentido de atender à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (Ange, 2010).

As Novas Diretrizes propiciaram a flexibilização dos currículos, reservando cinquenta por cento da carga horária para o currículo mínimo, que garante a formação do perfil profissional comum do economista no País, referendando os conteúdos curriculares estabelecidos na Resolução no 11/1984. Os outros 50% da carga horária são reservados para atender ao perfil específico, de escolha livre de cada IES (Ange, 2010). Assim, fica garantida às Instituições de Educação Superior (IES) a liberdade para utilizar os outros 50% da carga horária dos cursos segundo seus projetos pedagógicos, paradigmas teóricos preferenciais e peculiaridades regionais, conforme estabelecido na Resolução no 2/2007 (Brasil, 2007a).

As Novas Diretrizes orientam que na elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Econômicas deverão ser observadas as seguintes exigências: comprometimento com o estudo da realidade brasileira, sem prejuízo de uma sólida formação teórica, histórica e instrumental; pluralismo metodológico, em coerência com o caráter plural das ciências econômicas formadas por correntes de pensamento e paradigmas diversos; ênfase nas inter-relações dos fenômenos econômicos com o todo social em que se insere; e ênfase na formação de

atitudes, do senso ético para o exercício profissional e para a responsabilidade social, indispensável ao exercício futuro da profissão, conforme Resolução no 4/2007 (BRASIL, 2007b).

O Art. 5º da Resolução no 4/2007 (Brasil, 2007b), determina que os cursos de graduação em Ciências Econômicas deverão contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que revelem inter-relações com a realidade nacional e internacional, segundo uma perspectiva histórica e contextualizada dos diferentes fenômenos relacionados com a economia, utilizando tecnologias inovadoras e que atendam aos seguintes campos interligados de formação: Conteúdos de Formação Geral, que têm por objetivo introduzir o aluno ao conhecimento da ciência econômica e de outras ciências sociais, abrangendo também aspectos da filosofia e da ética (geral e profissional), da sociologia, da ciência política e dos estudos básicos e propedêuticos da administração, do direito, da contabilidade, da matemática e da estatística econômica; Conteúdos de Formação Teórico-Quantitativa, que se direcionam à formação profissional propriamente dita, englobando tópicos de estudos mais avançados da matemática, da estatística, da econometria, da contabilidade social, da macroeconomia, da microeconomia, da economia internacional, da economia política, da economia do setor público, da economia monetária e do desenvolvimento socioeconômico; Conteúdos de Formação Histórica, que possibilitem ao aluno construir uma base cultural indispensável à expressão de um posicionamento reflexivo, crítico e comparativo, englobando a história do pensamento econômico, a história econômica geral, a formação econômica do Brasil e a economia brasileira contemporânea; e Conteúdos Teórico-Práticos, abordando

questões práticas necessárias à preparação do graduando, compatíveis com o perfil desejado do formando, incluindo atividades complementares, monografia, técnicas de pesquisa em economia e, se for o caso, estágio curricular supervisionado. Esses conteúdos deverão ter assegurado, no mínimo, o percentual de 50% da carga horária total do curso, a ser distribuído da seguinte forma: para a Formação Geral (10%), Formação Teórico-Quantitativa (20%), Formação Histórica (10%) e Trabalho de Curso e as atividades acadêmicas de formação em Metodologia e Técnicas da Pesquisa em Economia (10%), conforme Resolução no 4/2007 (Brasil, 2007b).

Pelas novas Diretrizes Curriculares, o bacharel em Ciências Econômicas deve apresentar um perfil centrado em sólida formação geral e com domínio técnico dos estudos relacionados com a formação teórico-quantitativa e teórico-prática, peculiares ao curso, além da visão histórica do pensamento econômico aplicada à realidade brasileira e ao contexto mundial, exigidos os seguintes pressupostos: uma base cultural ampla, que possibilite o entendimento das questões econômicas no seu contexto histórico-social; capacidade de tomada de decisões e de resolução de problemas em uma realidade diversificada e em constante transformação; capacidade analítica; visão crítica e competência para adquirir novos conhecimentos; e domínio das habilidades relativas à efetiva comunicação e expressão oral e escrita, conforme Resolução no 4/2007 (Brasil, 2007b).

Em síntese, os projetos pedagógicos dos cursos de economia podem definir um perfil específico que caracteriza e diferencia o seu curso, mas devem, também, garantir base técnico-científica comum que garanta a identidade do economista brasileiro.

ASPECTOS GERAIS SOBRE A QUEDA NA DEMANDA NOS CURSOS DE ECONOMIA

No Brasil, o número de alunos matriculados nos cursos de Ciências Econômicas tem apresentado tendência constante de queda. Conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), de 1997 para 2017, o número de estudantes de Ciências Econômicas apresentou redução de 21,4% nas matrículas, de 65.795 caiu para 51.472 alunos no período. Em 1997, os estudantes de Ciências Econômicas representavam 3,39% do total de estudantes matriculados no ensino superior no País. Já em 2010, representavam 0,93% do total das matrículas. Conforme os dados da tabela 1, em 2017, havia 178 Instituições de Ensino Superior (IES) que ofertavam 234 cursos de economia no Brasil, com 51.472 matriculados, contudo, apenas 11,2% (5.780) concluíram o curso no Brasil.

Tabela 1: Dados Gerais dos Cursos de Economia Presenciais e a Distância no Brasil em 2017

Descrição	Total	Pública	Privada
Nº de Instituições que oferecem o Curso	178	76	102
Número de Cursos	234	119	115
Matrículas	51.472	31.784	19.688
Concluintes	5.780	3.515	2.265

Fonte: Inep (2017) - Censo da Educação Superior

Além dos problemas apresentados na formação do profissional em economia, no decorrer deste artigo, outras questões são apontadas por Fanaya (2007) para justificar a queda na demanda, entre as quais estão funções assumidas por profissionais de outras áreas de formação. Esses profissionais têm sua formação complementada em cursos de especialização, em áreas de atuação dos economistas, sendo grande parte composta por engenheiros, administradores, advogados, contadores, entre outros. Além disso, o autor aponta a omissão dos próprios economistas

quando são instados a se identificarem profissionalmente; na maioria das vezes, relacionam sua especialização (doutorado, mestrado ou especialização) como profissão.

Para o autor (2007), há com isso um processo de desintegração da profissão, levando-a a ser considerada um sinônimo de ocupações ou de cargos, tais como consultor, analista, conferencista, pesquisador, executivo, diretor, entre outras. As possibilidades de substituição da denominação são inúmeras e variadas, e também se verifica em carreiras tradicionais como funcionário público, bancário, professor, militar, auditor, entre outras. Diante disso, a expressão "economista" é relegada a segundo plano (Fanaya, 2007).

Outras razões para o declínio são apontadas por Pinto e Oliveira (2010), ao explicarem a diminuição da demanda de estudantes no Brasil, dentre as quais está a linguagem utilizada pelos próprios economistas, que é pouco compreensível à opinião pública.

As pessoas não familiarizadas com os jargões e c o n ô m i c o s ("economês") têm dificuldade para entender os temas abordados pelos

economistas. Para complicar a compreensão do público, eles acreditam demasiadamente em modelos matemáticos para dar conta das relações sociais e econômicas, como se elas fossem previsivelmente exatas e como se a vida se reduzisse a números, taxas e índices. Isso demonstra a frieza das ciências econômicas, como já destacado por Sen (1999), no abandono da ética por muitos profissionais e, como também referido por Furtado (1961), no distanciamento da realidade. A economia deve buscar entender a sociedade em suas múltiplas manifestações, principalmente nos aspectos socioeconômicos.

Outras causas apontadas para a demanda decrescente, segundo Pinto e Oliveira (2010), estão na pouca familiaridade em esclarecer o campo de atuação do economista. Muitas vezes, não se é claro ao explicar sobre o campo profissional, que pode ser em espaços de atividades públicas e privadas. Dada a abrangência de conhecimentos sólidos que o curso fornece, isso não se limita a dados técnicos e matemáticos, mas abrange toda uma discussão dos processos históricos, sociais e políticos.

Diante do decréscimo na demanda, ressalta-se que no mundo atual de intensas mudanças, cada vez mais identificadas pelas especialidades, em que a área de atuação profissional vai se transformando rapidamente, qual será o espaço de atuação do economista no futuro?

MUNDO EM TRANSFORMAÇÕES: NOVAS PERSPECTIVAS PARA OS ECONOMISTAS?

Após apresentar possíveis causas da queda na procura de cursos de Ciências Econômicas no Brasil, neste momento se questiona sobre o futuro da profissão do economista ou sobre por qual caminho ela deve seguir. Esses questionamentos se devem porque muito se tem debatido sobre o surgimento de novas profissões e o fim de outras. Por isso, é interessante indagar sobre as perspectivas ou tendências para o futuro profissional de economia. O fato é que mesmo com o avanço da tecnologia e da inteligência artificial, o futuro econômico e social continuará incerto. Para França (2017), se no mundo antigo se consultava o oráculo para conhecer o amanhã, em uma sociedade cada vez mais pautada pelo dinheiro e pelas imensas transformações tecnológicas, os economistas devem continuar desempenhando seu papel de oráculos e intérpretes da realidade, em um mundo mais informado, mas também com mais incertezas.

Todavia, intensas mudanças no mundo do trabalho têm acontecido, principalmente em termos de novas plataformas tecnológicas, novos mercados e novas formas de acesso à informação, as quais trazem consigo problemas vinculados aos aspectos econômicos. Dessa forma, o economista vem assumindo posições relevantes na área tecnológica ao abordar problemas relativos às decisões ou à precificação de anúncios, por exemplo. Isso foi constatado em pesquisas realizadas nos EUA por Susan Athey (professora da Universidade de Stanford) e Michael Luca (professor da Universidade de Harvard) (Silveira Jr., 2019).

Atualmente, segundo as pesquisas, as empresas mais importantes do ramo da tecnologia têm empregado cada vez mais economistas. Essas empresas já empregam mais economistas do que os maiores departamentos de economia das universidades norte-americanas. Esse crescimento na contratação de economistas já está originando uma nova área de trabalho (a "economia da digitalização") e uma série novas questões de pesquisa tem surgido (Silveira Jr., 2019). O conjunto de habilidades apreendidas pelo economista tem sido um dos principais diferenciais em comparação a outros profissionais de áreas correlatas, especialmente ao utilizar uma abordagem baseada em dados e capaz de compreender quais relações são (ou não) causais. A ciência econômica desenvolveu o ferramental necessário para identificar esse tipo de relação nos dados do mundo real. A era digital tornou acessível um imenso volume de dados, disponibilizados pelas plataformas, e expandiu com isso a demanda por profissionais com essa característica de formação (Silveira Jr., 2019).

Além das empresas de tecnologia, o economista, nos EUA, tem assumido papel cada vez mais relevante na academia, por estar mais protegido das pressões da iniciativa privada. Isso lhe proporciona

a oportunidade de explorar questões estratégicas de longo prazo e avaliar as consequências das aplicações empregadas por empresas (Silveira Jr., 2019). As pesquisas acadêmicas, independentes de pressões, contribuem para esclarecer questões nocivas ao meio ambiente, de discriminação racial e de gênero, de exploração de trabalho e uma série de outras questões que, sem essa independência, não seria possível serem detectadas.

Ao retomarmos a nossa realidade sobre o futuro do economista, temos muito a avançar na formação. Os problemas detectados por Furtado, na década de 1960, continuam bem atuais. A formação está centrada em análises descontextualizadas, tornando a formação abstrata e com pouco nexo com a realidade. Com isso, o profissional, ao se confrontar com o mundo real, parafraseando Furtado (1961), sente-se frustrado. Para se fazer um bom estudo de mercado, é preciso saber trabalhar com a imaginação, base de dados e informações indiretas, além de técnicas de análise (Furtado, 1961). Para que a profissão tenha futuro, precisa rever alguns aspectos referentes às mudanças em curso.

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UNESC

O curso de graduação em Ciências Econômicas da Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc), de Criciúma/SC/Brasil, busca proporcionar aos alunos bom desempenho na compreensão e na resolução de problemas no setor público, relacionados à macroeconomia (inflação, déficit público, orçamento público), como no setor privado, relacionados à microeconomia (custo de produção, formação de preços, operações financeiras e estratégias de negócios). Além de uma formação sólida para atuar em cooperativas, agências reguladoras e instituições estatais, perícia, arbitragem, mercados financeiros, entre outras funções

(Unesc, 2014).

Para atingir tais objetivos de formação, busca-se um perfil profissional com as seguintes características: um economista capacitado para ser um empreendedor, ético e comprometido com o desenvolvimento profissional, preocupado com eventos globais e regionais. Com isso, poderá formar profissionais preparados para analisar as transformações, tomar decisões e solucionar problemas que afetam a sociedade como um todo (Unesc, 2014).

O Curso de Ciências Econômicas da Unesc, inicialmente, foi denominado Curso de Economia, autorizado a funcionar em 02 de junho de 1999 pela Resolução no 12/99 do Conselho Universitário (Consu) e pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Com base em seu Projeto Pedagógico do Curso (PPC), o Curso de Ciências Econômicas da Unesc habilita profissionais a atuarem com consciência econômica crítica, não só para o exercício da técnica econômica como para pensar a Economia em seus aspectos científico, filosófico, histórico, sociológico e político, visando formar profissionais conscientes do seu papel de cidadão e de sua função social de formadores de opinião capazes de difundir a construção da cidadania em todos os segmentos da sociedade. Desde a sua criação, o curso tem um currículo diferenciado e qualificado, adaptado à vocação institucional e atento à realidade local e do seu entorno, bem como às necessidades nacionais e internacionais, habilitando os egressos a todos os cargos competentes ao economista (Unesc, 2014).

O Curso tem por base uma sólida formação teórica, histórica e instrumental, parte de uma visão que considera a economia uma área do conhecimento que permeia todas as esferas da existência e ao mesmo tempo é por elas influenciada. Definir precisamente o objeto da economia é reduzir o conhecimento. O ser humano é um todo articulado e está em constante movimento.

Devido a isso, não se considera – como contido em grande medida nos pressupostos neoclássicos – o alheamento das análises econômicas das questões antropológicas, culturais, históricas e sociológicas, que comprometem a multidimensionalidade do conhecimento humano (Unesc, 2014).

Por isso, o curso foi construído dentro de uma abordagem plural, crítica, interdisciplinar e comunitária, com uma sólida formação teórica, histórica e instrumental. Assim como acontece em qualquer área do conhecimento, a economia tem suas escolas de pensamento que, grosso modo, podem ser divididas em duas vertentes: ortodoxa (clássica, neoclássica, monetarista e novo-clássica) e heterodoxa (marxista, keynesiana, pós-keynesiana, kaleckiana, schumpeteriana e neo-schumpeteriana). Contudo, diferentemente do que acontece com vários cursos no País, essas escolas não optam pelo princípio da pluralidade e repassam aos seus alunos abordagens reducionistas. Portanto, a linha mestra do Curso de Ciências Econômicas da Unesc é a pluralidade, mas isso não significa que haja neutralidade científica. O aluno deverá ter acesso às linhas do pensamento da economia. Com uma formação pluralista, abre-se para a possibilidade de que a opção ideológica fique a cargo do acadêmico (Unesc, 2014).

O objetivo do curso é capacitar economistas com sólida formação teórica, histórica e instrumental, comprometida com o desenvolvimento econômico, social e ambiental, conforme sua matriz curricular, que é estruturada da seguinte forma: Formação Geral: O conteúdo é composto por 12 disciplinas, num total de 864 horas/aula, representando 27% do total de horas/aula. A formação teórico-quantitativa representa 47% da carga de trabalho, ou seja, um total de 1.512 horas/aula. A formação histórica tem um total de 504 horas/aula, ou seja, pouco mais de 15%. As disciplinas opcionais

são oferecidas na área de conhecimento do Conteúdo Teórico-Quantitativo e Histórico. Os conteúdos teórico-práticos representam mais de 11% do total da carga de trabalho, isto é, 360 horas/aula. Destaca-se também que as 300 horas de Atividades Complementares de Treinamento não são consideradas.

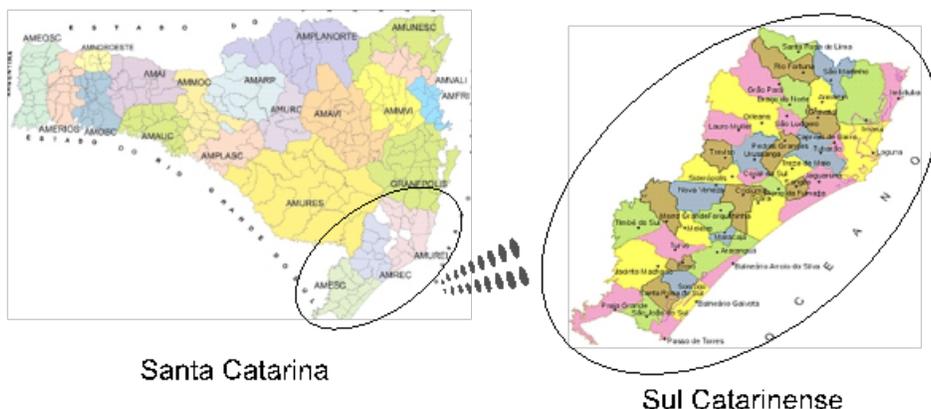
Nesse sentido, o curso busca a relevância no desenvolvimento econômico e social da região, uma vez que o crescimento populacional traz uma maior escassez de bens e serviços das mais variadas espécies, cuja solução deve ser dada por meio das atividades dos economistas e outras tantas atividades que exigem curso superior em Ciências Econômicas, pautando suas ações.

LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA E ENTORNO DO CAMPUS

A Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) está situada em Criciúma, no sul de Santa Catarina, Brasil. O município abrange uma área de 236 km² e possui população estimada, em 2018, de 213.023 habitantes, conforme dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

A região sul catarinense ocupa uma área de 9.417 km², equivalente a 9,8% do território do estado de Santa Catarina, e é composta por 44 municípios, que abrigam uma população estimada em 914 mil habitantes, dos quais, aproximadamente, 800 mil moram nas áreas urbanas. A região está dividida em três microrregiões, assim designadas: Associação dos Municípios da Região de Laguna (AMUREL), Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC) e Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense (AMESC). O mapa 1 mostra os municípios que compõem essas associações de municípios.

Mapa 1 – Mapa de Santa Catarina, com destaque para a região Sul



Santa Catarina

Sul Catarinense

Fonte: Unesc (2014, p.28) - PPC.

Criciúma, pelas suas características socioeconômicas, é, atualmente, o município polo da região sul catarinense. A partir de 1940, Criciúma entrou em um processo de modernização e diversificação econômica. A partir de 1960 a 1970, nela se consolidaram, além da extração do carvão, as indústrias cerâmicas, de vestuário, alimentícias, de calçados, de construção civil, de plástico e de metal mecânica.

O curso de Ciências Econômicas insere-se na concepção geral da Universidade do Extremo Sul Catarinense, que visa à formação integral, ou seja, à educação superior brasileira, entendida como direito da sociedade e um dever do Estado, a qual deve incorporar em sua razão de existir um conjunto de funções sociais, ampliando o compromisso público com a política de formação e produção de conhecimento. Tendo como pilares a emancipação da sociedade e, por isso, reafirmar os princípios constitucionais da democracia, assumir a responsabilidade social por meio de ações que possibilitem aos diferentes grupos sociais o usufruto dos conhecimentos produzidos pela academia em todas as suas dimensões e reconhecer-se como espaço que delinea sua identidade no diálogo com a sociedade, já que a Universidade é

um lugar plural de construção de diferentes percepções de mundo e, em razão disso, deve considerar e defender a diversidade e as diferenças como constitutivas das culturas e dos saberes, fortalecendo as identidades do povo multicultural brasileiro (Unesc, 2014).

Desse modo, o curso busca formar profissionais com consciência crítica, atentos à realidade mundial, nacional e regional, com capacidade de compreender os problemas e anseios da população; formar profissionais atentos ao papel de cidadão; promover a formação de profissionais com um embasamento interdisciplinar e capazes de percorrer os três âmbitos indissolúveis da educação: o ensino, a pesquisa e a extensão; formar profissionais comprometidos com as causas do meio ambiente, do desenvolvimento e dos direitos humanos. A ética, a responsabilidade, a autonomia, a proatividade, a inovação, o comprometimento, a solidariedade e a organização também fazem parte dos princípios do curso (Unesc, 2014).

O **quadro 1** mostra a grade curricular nº 4 do curso de Ciências Econômicas da UNESC em vigência.

Quadro 1: Grade curricular do curso de Ciências Econômicas - Unesc

O Curso de Ciências Econômicas funciona no Campus da Unesc na cidade de Criciúma.

São oferecidas 54 vagas semestrais, totalizando 108 vagas anuais. As formas de Ingresso no curso são: vestibular, Sistema de Ingresso por Mérito (SIM), Minha Chance, Nossa Bolsa, desempenho obtido pelos

Código/Disciplina	Fases									Total Crédito	Total H/A
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª		
16757- Matemática Aplicada à Economia	4									4	72
16758- Introdução à Economia	4									4	72
16759- Metodologia Científica e da Pesquisa	4									4	72
16760- História do Pensamento Econômico	4									4	72
16761- Banco de Dados e Introdução ao Mercado Financeiro	4									4	72
16762- Estatística Econômica I		4								4	72
16763- Métodos Quantitativos Aplicados à Economia		4								4	72
16764- Contabilidade Social		4								4	72
16765- Economia Solidária		4								4	72
16766- Economia Política		4								4	72
16767- Estatística Econômica II			4							4	72
16768- Macroeconomia I			4							4	72
16769- Microeconômica I			4							4	72
16770- Sociologia			4							4	72
16771- História Econômica Geral			4							4	72
16772- Econometria				4						4	72
16773- Microeconomia II				4						4	72
16774- Macroeconomia II				4						4	72
16775- Formação Econômica do Brasil				4						4	72
16776- Matemática Financeira				4						4	72
16777- Ecodesenvolvimento I					4					4	72
16778- Economia Industrial					4					4	72
16779- Macroeconomia III					4					4	72
16780- Economia Brasileira Contemporânea I					4					4	72
16781- Análise Econômica Financeira					4					4	72
16782- Ecodesenvolvimento II						4				4	72
16783- Economia Brasileira Contemporânea II						4				4	72
16784- Economia Rural e Agricultura Familiar						4				4	72
16785- Elaboração e Análise de Projetos						4				4	72
16786- Economia Monetária e Financeira						4				4	72
16787- Mercado de Capitais							4			4	72
16788- Economia Internacional							4			4	72
16789- Direito Empresarial e Público							4			4	72
16790- Economia do Setor Público							4			4	72
16791- Estrutura e Análise de Balanço							4			4	72
16792- Política e Planejamento Econômico								4		4	72
16793- Finanças Corporativas								4		4	72
16794- Economia Catarinense								4		4	72
16795- Monografia I								4		4	72
16796- Optativa 1								4		4	72
16797- Monografia									12	12	216
16798- Economia do Trabalho e da Tecnologia									4	4	72
16799- Optativa 2									4	4	72
TOTAL	20	20	20	20	20	20	20	20	20	180	3.240

candidatos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), reingresso, ingresso com curso superior, transferência externa, troca de curso, entre outros. O curso funciona no período noturno, de segunda a sexta-feira, das 19h00 às 22h35 (Unesc, 2014).

A modalidade do curso é presencial, com carga horária total de 3.000 horas/relógio, incluídas 300 horas de atividades complementares. Com tempo mínimo de integralização de 4,5 anos, sem determinação de tempo máximo (Unesc, 2014). Cabe ressaltar que o Curso de Ciências Econômicas enfrenta as mesmas dificuldades dos demais cursos brasileiros: queda na demanda, evasão, desistências, dentre outros problemas.

Por isso, os currículos de Economia têm um longo caminho a ser trilhado, tanto nos aspectos teóricos quanto nos metodológicos. Os currículos estão focados em fazer os estudantes aprenderem as teorias mais aceitas, principalmente as importadas de alguns cursos de países desenvolvidos. Contudo, grande parte dessas teorias estão distantes da realidade dos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. É necessária, portanto, uma formação focada mais em nossa realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atual quadro para os cursos de economia no Brasil é de certa estabilidade também em relação ao número de economistas formados. Embora os cursos com formação afins tenham apresentado crescimento, o número de cursos de economia passou por drásticas reduções em suas demandas nas décadas de 1980 e 1990, com fechamento de cursos, em razão da queda de matrículas, embora nos últimos anos tenha apresentado certa estabilidade, tanto em relação aos formados quanto ao número de cursos.

Como se verificou, os economistas têm ocupado cada vez mais espaços na mídia, isso demonstra interesse social em saber a opinião dessa classe. Contudo, esse interesse não tem refletido no aumento pela procura dos cursos de economia. No Brasil, eles ainda precisam superar a forte tendência à formação "ortodoxa" por uma visão mais atualizada, com novas perspectivas da fronteira teórica, mais pluralista e interdisciplinar. A formação deve pautar-se em um profissional com maior flexibilidade, abertura teórica e tolerância ideológica.

REFERÊNCIAS

- Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Ciências Econômicas -ANGE. Cadernos ANGE: Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Ciências Econômicas - Orientação Acadêmica 2010. [S.L.]: ANGE, 2010. 65 p. Disponível em: <http://www.ange.org.br/site/wp-content/uploads/2016/02/Cadernos_ANGE_2010_diretrizes.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2019.
- Assis, J. C.; Doria, F. O universo neoliberal em desencanto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- Brasil. Decreto nº 17.329, de 28 de maio de 1926. Aprova, o regulamento para os estabelecimentos de ensino tecnico commercial reconhecidos oficialmente pelo Governo Federal. Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, DF, 10 nov. 1926. Seção 1, p. 20261. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17329-28-maio-1926-514068-republicacao-88142-pe.html>>. Acesso em: 23 fev. 2019.
- Brasil. Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951. Dispõe sobre a profissão de Economista. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 18 ago. 1951. Seção 1, p. 12201. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1411-13-agosto-1951-361899-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 23 fev. 2019.
- Brasil. Ministério da Educação. Resolução no 2, de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 19 jun. 2007a. Seção I, p. 6. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2019.
- Brasil. Ministério da Educação. Resolução no 4, de 13 de julho de 2007. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, bacharelado, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 14 jul. 2007b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces004_07.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2019.
- Castro, N. J. O processo de profissionalização do economista no Brasil: Texto de Debate nº 15. Rio de Janeiro: UFRJ/FEA, 1991.
- Castro, N. J. O economista: a história da profissão no Brasil. Rio de Janeiro: Cofecon/Corecon; São Paulo: Corecon, 2001.
- Fanaya, G. Formação e Mercado de Trabalho do Economista. In: Encontro dos Cursos de Ciências Econômicas do RS, 30, 2007, Cruz Alta. Anais... Cruz Alta, RS: Corecon, 2007. Disponível em: <www.coreconrs.org.br/palestras/gf.ppt>. Acesso em: 23 fev. 2019.
- França, V. A. M. A profissão de economista está condenada a desaparecer? Terraço Econômico. Publicado em 28 ago. 2017 [online]. Disponível em: <<https://terracoeconomico.com.br/profissao-de-economista-esta-condenada-desaparecer/>>. Acesso em: 23 fev. 2019.

- Furtado, C. A formação do economista em país subdesenvolvido. Rio de Janeiro: Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1961. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201108311213180.A_formacao_do_economista_em_pais_subdesenvolvido.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2019.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Censo da Educação Superior 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/>>. Acesso em: 09 mar. 2019.
- Pinto, H. E. M.; Oliveira, M. E. Recado aos jovens futuros economistas. Brasília: COFECON, 2010. Disponível em: < <https://www.oeconomista.com.br/recado-aos-jovens-futuros-economistas-e-aos-que-desejam-estudar-economia-por-hugo-meza-pinto-e-marcus-eduardo-de-oliveira/>> Acesso em: 18 mar. 2019.
- Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Ciências Econômicas da UNESC. Criciúma: Unesc, 2014.
- Robinson, J. Filosofia econômica. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- Sanson, J. R.; Nicolau, J. A. Do ensino de técnicas comerciais ao ensino de Economia em Santa Catarina. Análise – Revista de Administração da PUCRS, [S.L.], v. 17, n. 2, p. 297-312, jan. 2007. ISSN 1980-6302. Disponível em: <[file:///C:/Users/Usuario/Downloads/311-1160-2-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/311-1160-2-PB%20(1).pdf)>. Acesso em: 22 fev. 2019.
- Sen, A. Sobre ética e economia. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- Silveira Jr, P. A. Por que os economistas estão invadindo as empresas de tecnologia? Terraço econômico. Publicado em 18 fev. 2019 [online]. Disponível em: <<https://www.terracoeconomico.com.br/por-que-os-economistas-estao-invadindo-as-empresas-de-tecnologia/>>. Acesso em: 22 fev. 2019.
- Simonsen, M. H. O ensino de economia em nível de pós-graduação no Brasil. Revista brasileira de economia, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 19-30, dez. 1966. ISSN bkabsp.000027122. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/viewFile/1769/2785>>. Acesso em: 11 mar. 2019.